

Suprema Corte dos EUA começa a julgar se tarifas impostas por Trump são legais

Tribunal decide a partir de hoje se lei de emergências pode amparar taxas; sentença afetará toda a economia mundial

O Estado de S. Paulo. · 05 nov. 2025 · ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Desde que o presidente dos EUA, Donald Trump, retornou à Casa Branca, a maioria conservadora da Suprema Corte tem reiteradamente dado aval às suas políticas, permitindo que as medidas vigorem enquanto os litígios tramitam nos tribunais inferiores. Hoje, porém, os magistrados irão considerar pela primeira vez se devem dizer “não” a Trump de forma definitiva.



Em questão está a legalidade de sua principal política econômica: o uso de poderes de emergência para impor tarifas a quase todos os parceiros comerciais dos EUA. O resultado afetará a economia global, as empresas americanas e os consumidores.

Especialistas afirmam que o caso é complexo e tem implicações jurídicas e políticas para os juízes, cenário que torna o julgamento mais tenso em razão do movimento de Trump para personalizar a disputa.

Trump havia cogitado comparecer à audiência e falou repetidamente sobre a relevância do caso para ele. No domingo, disse que decidiu não ir ao tribunal, mas enfatizou que considerava a situação de extrema importância.

O caso “é um dos mais importantes da história do país”, escreveu Trump em uma publicação na Truth Social. “Se um presidente não fosse capaz de usar o poder das tarifas de forma rápida e ágil, estaríamos indefesos, o que poderia levar até mesmo à ruína de nossa nação.”

Analistas avaliam que os juízes estão cientes de que Trump vai tratar uma derrota judicial como um golpe pessoal. “É inevitável pensar que isso vai pairar sobre o processo de tomada de decisão neste caso”, disse Donald Verrilli Jr., procurador-geral durante o governo Barack Obama.

Os seis juízes conservadores da Suprema Corte têm se mostrado receptivos às alegações de autoridade presidencial de Trump. Eles já permitiram que o governo retivesse verbas aprovadas pelo Congresso, expulsasse militares transgêneros e implementasse políticas agressivas relacionadas à imigração – tudo em caráter temporário e emergencial.

OUTROS CASOS. O caso das tarifas é a primeira vez em que os juízes avaliarão os méritos jurídicos subjacentes a uma prioridade fundamental da administração no segundo mandato de Trump. Casos semelhantes estão a caminho.

No próximo mês, o tribunal analisará a tentativa de Trump para assumir o controle de agências independentes. E, em janeiro, os juízes vão analisar a destituição de uma diretora do Federal Reserve, o Fed, o banco central americano. O governo também solicitou que eles considerem a legalidade do decreto do presidente que pôs fim à cidadania por nascimento.

Jack Goldsmith, professor da Faculdade de Direito de Harvard e ex-advogado-chefe do Departamento de Justiça durante o governo de George W.

Bush, afirmou que, devido à grande controvérsia em torno das tarifas, alguns juízes poderiam considerar implicações mais amplas em todo o conjunto de casos presidenciais, preocupados em não conceder muito poder a Trump – ou em sofrer muitas derrotas.

“Ao final deste mandato, veremos vitórias e derrotas para Trump em relação ao poder presidencial”, disse ele. “Este é o caso que considero mais equilibrado, então não sei para que lado penderá.”

Em um sinal de que o tribunal reconhece a importância do tema, os juízes estabeleceram um cronograma acelerado para que as partes apresentem memoriais escritos e argumentos orais. Parece provável que a Corte vai dar sua decisão rapidamente, em vez de esperar até o primeiro semestre de 2026, como é prática usual para sentenças mais importantes.

DIVISÃO. A Constituição confere ao Congresso o poder de impor impostos. Mas, logo após assumir o cargo, Trump declarou que uma lei de 1977 lhe dava o poder de impor tarifas unilateralmente durante emergências.

Ele usou a lei para anunciar tarifas sobre produtos importados para os Estados Unidos da China, Canadá e México, alegando que as taxas eram uma punição por não terem conseguido conter o fluxo de fentanil, cujo uso causa uma epidemia de mortes por overdose no país.

Em abril, ele voltou a se valer da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional ao anunciar tarifas sobre importações vindas de mais de cem parceiros comerciais, afirmando que elas eram necessárias para sanar o déficit comercial com o resto do mundo.

As restrições ora impostas pelo governo às importações têm afetado negativamente as pequenas empresas americanas, levando a processos judiciais movidos por autoridades estaduais e seis empresas, incluindo a importadora de vinhos VOS Selections e a fabricante de brinquedos Learning Resources, cujos casos serão julgados hoje. Segundo elas, as ações de Trump foram ilegais, reduziram seus lucros e as forçaram a demitir trabalhadores e aumentar preços.

Tara Leigh Grove, professora de Direito da Universidade do Texas, em Austin, afirmou que os juízes podem avaliar que é forçado caracterizar déficits comerciais de longa data como uma emergência. Por outro lado, ela disse que a lei é abrangente e parece conferir ao presidente poderes

amplos. “Os juízes terão de decidir se querem ou não questionar qualquer decisão presidencial sobre uma situação de emergência”, disse ela.

Trump disse que iria ao tribunal acompanhar o julgamento hoje, mas recuou no domingo. O caso também forçará os juízes a abordar duas doutrinas defendidas pelo movimento jurídico conservador, ambas aparentemente contrárias às alegações do presidente. A “doutrina das questões principais” afirma que o Congresso deve usar linguagem clara para autorizar ações executivas que possam transformar a economia. A Suprema Corte se baseou nessa doutrina para invalidar muitas das principais iniciativas do presidente Joe Biden, incluindo seu programa de perdão de dívidas estudantis.

A outra vertente, a “doutrina da não delegação”, afirma que o Congresso não pode transferir poderes legislativos ilimitados – como sua autoridade tributária – para o Executivo.

John Sauer, procurador-geral dos EUA, afirmou que o uso da lei pelo presidente para impor tarifas não constituía uma delegação ilimitada de poder. “Os juízes não possuem a competência institucional para determinar quando as relações exteriores representam uma ameaça incomum e extraordinária que exige uma resposta de emergência”, escreveu ele em um parecer judicial recente.

Trump, por sua vez, mantém a pressão. Na sua postagem nas redes sociais no domingo disse que “não queria desviar a atenção da importância desta decisão”, acrescentando que, se o tribunal decidir contra ele, “nosso país poderá ser reduzido a um status quase de terceiro mundo – reze a Deus para que isso não aconteça!” •